


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005134-15.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Paula Cristina Tochio**  
 Requerido: **Sandro de Lucas Abranches**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Paula Cristina Tochio** formulou o pedido de alvará para o levantamento de ativos do PIS, FGTS e verbas rescisórias (fls.1/3) de seu ex-companheiro (fl.7) **Sandro de Lucas Abranches**, que faleceu em 28.1.2018. Este não deixou outros dependentes, apenas a requerente. Essa união estável teve início em 2.2.2010 e se interrompeu na data da morte do companheiro.

Os pais do espólio foram citados. A mãe Eunice Maria Ferreira ofereceu contestação (fls. 26/32) dizendo que tramita pela 2ª Vara de Família e Sucessões de São Carlos, pedido de reconhecimento da união estável, impugnado por ela mãe. O pai Márcio Antônio Abranches forneceu a declaração de fl. 44.

A requerente exibiu os documentos de fls. 43/47.

A contestante trouxe cópia da sentença proferida por aquele juízo.

**É o relatório. Fundamento e decidido.**

A certidão de óbito de Sandro de Lucas Abranches (passamento deu-se em 28.1.2018) consta de fl. 7. Não deixou descendente, mas ascendentes que foram citados, tendo sua genitora oferecido resistência ao pedido sustentando ter inexistido a união estável mencionada na inicial. É certo que a própria requerente quem declarou o óbito de Sandro e na oportunidade se identificou como a pessoa que convivia com ele em união estável.

No feito em curso na 2ª Vara da Família e Sucessões local, tramita a ação ajuizada pela requerente visando ao reconhecimento da referida união estável, feito nº 1001715-84.2018.8.26.0566. A impugnante (mãe do falecido) exibiu cópia da sentença recém proferida naquele feito, cuja pretensão deduzida pela requerente foi julgada improcedente.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Sorbone, 375, Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

Diante desse resultado, impõe-se o indeferimento deste procedimento de jurisdição voluntária de alvará para o saque dos ativos do FGTS-PIS e verbas rescisórias trabalhistas. Só depois de definitivamente julgado o processo de conhecimento da 2ª Vara da Família e Sucessões será possível identificar a parte legitimada a esses saques. Está em curso o prazo para interposição do recurso de apelação. Isso não impede o indeferimento deste. Futuramente, quando o manto da coisa julgada cobrir o quanto definitivamente acertado, qualquer dos interessados, inclusive a requerente, poderá formular pedido de alvará para referidos fins. Se a requerente tivesse sido habilitada no INSS como dependente de Sandro, o pedido inicial mereceria pronto deferimento, regulado que seria pela legislação previdenciária e não pela sucessória.

INDEFIRO o pedido inicial, sem prejuízo de, futuramente, quando definitivamente acertado ter havido ou não a união estável, qualquer dos coerdeiros poderá formular novo pedido de alvará. Sem custas. Depois do trânsito em julgado, expedir-se-á certidão para os fins do convênio em favor do patrono da requerente, utilizando o código pertinente. Sem custas e honorários advocatícios.

Publique e intinem-se. Oportunamente, certifique se o caso o trânsito em julgado, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 31 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**